

ÁFRICA AUSTRAL HOJE



SADC HOJE VOL 18 No. 2 Fevereiro 2016



Ano repleto de eventos para a África Austral

O ANO de 2016 será repleto de eventos na África Austral pois a região vai implementar importantes marcos nas esferas de industrialização, comércio, desenvolvimento de infra-estruturas e migração para a radiodifusão digital.

No plano económico, os Estados Membros da SADC pretendem iniciar o processo de ratificação do acordo sobre a Área Tripartida de Comércio Livre (ATCL), assinado em Junho de 2015, com o objectivo de criar um vasto mercado que se estende do Cabo ao Cairo.

Até agora, 16 países assinaram a ACL Tripartida que cobre 27 Países em três comunidades regionais - o Mercado Comum da África Oriental e Austral (COMESA), Comunidade dos Estados da África Oriental (EAC) e SADC.

Metade dos 16 Países são da SADC, designadamente Angola, República Democrática do Congo, Malawi, Namíbia, Seychelles, Swazilândia, República Unida da Tanzânia, e Zimbabwe.

Os restantes Países da SADC - Botswana, Lesotho, Madagáscar, Maurícias, Moçambique, África do Sul e Zâmbia - poderão assinar o acordo até Junho de 2016.

Após a assinatura, os governos vão iniciar um processo de ratificação através dos seus

procedimentos nacionais. O acordo entrará em vigor após a aprovação por pelo menos dois terços dos Membros do COMESA-EAC-SADC, permitindo que este compromisso deixe de ser uma mera declaração de interesses passando a ser um facto real.

A criação de um vasto mercado com uma população total de cerca de 600 milhões de pessoas e um Produto Interno Bruto (PIB) de cerca de 1 trilhão de dólares norte-americanos vai impulsionar o comércio intra-regional em África e aprofundar a integração através de um melhor desenvolvimento da infraestruturas, fluxos de investimento e uma maior concorrência.

Além da ATCL, ano vai intensificar as negociações para a criação da ACL Continental (ZCLC - Zona Continental de Comércio Livre) destinada a promover o livre movimento de bens, serviços e pessoas em todo o continente.

As negociações para a ZCLC iniciaram em Junho de 2015, esperando-se que vasto mercado continental evolua a partir das ATCL existentes nos blocos económicos sub-regionais, culminando com a criação de um bloco continental com mais de um bilhão de pessoas e um PIB combinado de mais de 3,4 trilhões de dólares norte-americanos.

continua na página 2...

POLÍTICA	3
MUDANÇAS CLIMÁTICAS	4-5
ELEIÇÕES	6
COMÉRCIO	7
UNIÃO AFRICANA	8-11
PAZ & SEGURANÇA	12-13
NEGÓCIOS BREVES	14
EVENTOS	15
HISTÓRIA HOJE	16

Ano repleto de eventos para a África Austral

A ratificação e implementação do ATCL é, portanto, fundamental para o sucesso da criação da ZCLC até 2017.

Ambos os acordos de livre comércio dependem fortemente da agenda de industrialização.

Assim, no ano de 2016 a SADC pretende implementar dois programas regionais históricos aprovados no ano passado - a Estratégia e Roteiro de Industrialização da SADC 2015-2063 e o novo Plano Estratégico Indicativo de Desenvolvimento Regional (RISDP) 2015-2020.

O impacto orçamental detalhado para a Estratégia e o alinhamento de todas as outras actividades regionais para os dois novos documentos estratégicos será finalizado ainda no presente ano.

A estratégia e roteiro de industrialização visam assegurar que os Estados membros aproveitem todo o potencial dos seus abundantes e diversificados recursos naturais, tomando em conta que a maioria dos Estados Membros da SADC tiram muito pouco proveito dos seus recursos pois estes são normalmente exportados em forma bruta, o que permite que os benefícios dos seus valores acrescentados ocorram fora da região, beneficiando deste modo os outros Países.

O RISDP é um modelo para a integração e desenvolvimento regional, e realinha agenda de desenvolvimento da região com as novas realidades e dinâmicas globais emergentes, tomando em conta as questões de industrialização.

No que diz respeito ao comércio internacional, a SADC vai procurar tirar proveito do novo fundo de 60 bilhões de dólares norte-americanos prometidos pela China para apoiar o desenvolvimento do continente Africano.

A China assumiu o compromisso de apoiar o continente durante o Fórum de Cooperação China África (FOCAC) realizado em Dezembro de 2015 em Joanesburgo. O apoio abrange uma ampla gama de sectores, incluindo agricultura, energia e tecnologia da informação.

A China está a expandir rapidamente o seu plano de apoio

bilateral, focalizando as comunidades económicas regionais, incluindo a SADC.

Espera-se que ainda este ano os Estados Membros da SADC iniciem a implementação do Acordo de Parceria Económica (APE) com a União Europeia (UE), assinado em Julho de 2014.

O acordo está neste momento a obedecer os trâmites legais que culminarão com a assinatura, ratificação e implementação no decurso de 2016.

Os Países da SADC que já assinaram o acordo são Botswana, Lesotho, Moçambique, Namíbia, África do Sul e Swazilândia. Angola poderá entrar brevemente no grupo da SADC.

Os outros Países da SADC estão a negociar um APE com a UE no Mercado Comum da África Oriental e Austral, enquanto as nações insulares estão a negociar integrados no grupo dos Países do Pacífico.

Os APE são acordos comerciais e desenvolvimento que a UE está a negociar para abrir os seus mercados com a região das Caraíbas; África Central; África Oriental e Austral; Pacífico, África Austral (o grupo SADC) e África Ocidental.

No domínio do desenvolvimento de energia, o recém criado Centro Regional da SADC para Energia Renovável e Eficiência Energética (SACREEE) pretende iniciar as operações que permitirão para mudar a "paisagem de desenvolvimento de energia na SADC", ao fazer com que a região a aproveite plenamente o seu vasto potencial energético renovável.

Sediado na Namíbia, o SACREEE irá, entre outras coisas, liderar a promoção do desenvolvimento das energias renováveis na região.

O disponibilização de energia adicional vai intensificar para permitir que a região se recupere totalmente da crise energética. Só este ano, a SADC pretende produzir um total de 3.680 megawatts (MW) de electricidade adicional para a rede regional. Em 2019, a região pretende produzir 23.580 MW.

Agricultura e segurança alimentar continua a ser uma prioridade para a SADC e 2016 foi



marcado pelo registo fraca precipitação e seca. Os Países da região já começaram a importar alimentos.

No que diz respeito à gestão do ambiente e dos recursos naturais, a SADC vai acolher a 17ª Conferência das Partes da Convenção sobre o Comércio Internacional de Espécies Ameaçadas em Outubro, em Joanesburgo, África do Sul.

Uma das questões actuais que os Países da SADC querem abordar é a necessidade de levantar uma proibição internacional sobre o comércio de marfim. A comunidade internacional impôs uma proibição do comércio de marfim há alguns anos atrás para proteger os elefantes e rinocerontes, que eram ameaçadas de extinção.

No entanto, a proibição corroeu seriamente a receita para a conservação animal, e alguns Países têm acumulado uma grande quantidade de presas de elefante que não podem alienar.

A proibição está a contribuir para o aumento da caça furtiva uma vez que as comunidades já não estão a beneficiar de receitas provenientes comércio do Marfim.

A questão do género vai ocupar o seu devido lugar este ano, porque a região e o resto do continente Africano estão a fazer progressos no sentido da igualdade e equidade de género.

A União Africana (UA) definiu como o tema para 2016 "Ano Africano dos Direitos Humanos com especial incidência sobre os Direitos das Mulheres".

A SADC tem progressos na promoção do desenvolvimento do género havendo um número crescente de mulheres que ocupam cargos de tomada de decisão.

No que diz respeito à tecnologia da informação, a SADC comprometeu-se a concluir a

migração do sistema de radiodifusão analógico para digital em 2016, após alguns Países não terem conseguido cumprir o prazo global definido pela União Internacional das Telecomunicações de 17 de Junho de 2015.

Dois Estados Membros da SADC foram os primeiros Países africanos a migrar para a Televisão Terrestre Digital. As Maurícias foram o primeiro país Africano migrar totalmente para radiodifusão digital em todas as regiões e ilhas em 2007, seguido pela Tanzânia em 2012.

Outros que transitaram da radiodifusão analógica para digital, são Namíbia, Malawi e África do Sul.

A radiodifusão digital envolve o uso de sinais digitais no lugar das formas de onda analógicas o que permite a melhoria da qualidade dos sinais de transmissão de televisão e de frequências rádio.

O uso ligações digitais permitem a obtenção de bandas mais largas e eficientes do que o sistema análogo, o que torna possível o acesso a mais serviços e canais do que era possível anteriormente, e ainda uma melhor qualidade de imagem.

Outro marco importante para a região será a realização de eleições em pelo menos dois países da SADC, a RDC e Zâmbia. (Ver página 6 sobre as eleições na RDC e Zâmbia).

O ano também vai ver Swazilândia acolher a 36ª Cimeira de Chefes de Estado e de Governo da SADC, em Agosto. Na cimeira Rei Mswati III assumirá a Presidência rotativa da SADC, actualmente exercida pelo Presidente do Botswana, Seretse Khama Ian Khama. sardc.net □

Diretrizes harmonizadas para o desenvolvimento de agroquímicos e fertilizantes na SADC

A **AGRICULTURA** é a espinha dorsal da maioria das economias da África Austral.

De acordo com o Secretariado da SADC, a agricultura contribui com 4 a 27 por cento do Produto Interno Bruto (PIB) regional, e cerca de 20 por cento do total das receitas de exportação.

Além disso, mais de 70 por cento dos 277 milhões de pessoas da região dependem da agricultura para a sua subsistência.

Para garantir que o sector continue a ser um motor para o desenvolvimento socio-económico na região, a África Austral está a desenvolver diretrizes regionais harmonizadas sobre a utilização e eliminação de agroquímicos e fertilizantes.

Isto ocorre em consonância com outros instrumentos da SADC tais como o novo Plano Estratégico Indicativo de Desenvolvimento Regional (RISDP) 2015-2063, Declaração de Dar-es-Salaam sobre Agricultura e Segurança Alimentar, de 2004, e Política Agrícola Regional da SADC que visam combater a pobreza e a fome na região.

A nível continental, o Programa de Desenvolvimento da Agricultura em África e a Declaração de Malabo também recomendam uma melhor utilização dos insumos agrícolas, incluindo agroquímicos e fertilizantes.

O desenvolvimento de diretrizes harmonizadas é, portanto, fundamental, porque os agroquímicos e fertilizantes são os insumos utilizados principalmente no sector agrícola, particularmente para o controlo de pragas, doenças e outros fins.

No entanto, se não forem bem geridos, especialmente no

que diz respeito a sua utilização e eliminação, eles usam podem causar sérios problemas de saúde pública e ambiental.

Ao desenvolver as diretrizes regionais harmonizadas sobre agroquímicos e fertilizantes, a SADC pretende ter um domínio dos ciclos de vida dos vários agroquímicos e fertilizantes para garantir que cada fase da sua utilização, incluindo os prazos e sua eliminação, seja tomada em conta.

O principal objectivo das diretrizes regionais é promover uma utilização eficaz e eliminação de agroquímicos e fertilizantes para salvaguardar a saúde humana e ambiental, melhorando a produtividade do sector agrícola.

Apesar do desenvolvimento de diretrizes harmonizadas regionais desempenhar um papel crucial no aumento da produtividade agrícola, a sua harmonização também irá percorrer um longo caminho na promoção da integração regional.

Apesar de haver esforços globais através de convenções internacionais para a gestão de produtos químicos, a adesão é muito limitada na região.

Além disso, a maioria dos Estados Membros da SADC têm diferenças no que diz respeito a adesão às convenções globais, portanto, tornando-se difícil gerir em conjunto os problemas associados com produtos químicos.

As diretrizes regionais, portanto, visam promover a redução de risco associados ao uso e eliminação de agroquímicos e fertilizantes.

As diretrizes também irão melhorar o uso de tais insumos, melhorando assim a segurança alimentar. Por exemplo, o uso inadequado ou excessivo de

produtos químicos afecta a produção.

De acordo com o cronograma do Secretariado da SADC, espera-se que a consultoria para o desenvolvimento das diretrizes inicie no primeiro trimestre de 2016.

A consultoria irá, entre outras coisas, fornecer etapas e procedimentos técnicos detalhados que descrevem os procedimentos adequados de utilização e disposição de agroquímicos e fertilizantes.

Outras tarefas incluem:

- Identificar e analisar as lacunas na gestão, uso e eliminação de agroquímicos e fertilizantes na salvaguarda da segurança alimentar, da saúde humana e da integridade ambiental;
- Desenvolver diretrizes técnicas harmonizadas para promover a utilização e eliminação de fertilizantes e agroquímicos na região;

- Identificar sistemas regionais de monitoria para assegurar o cumprimento pelos Estados-Membros; e

- Identificar a capacidade institucional necessárias a nível regional e nacionais para implementar as diretrizes.

As diretrizes devem repercutir as modalidades de implementação e gestão, bem como abordar questões relacionadas com a protecção do ambiente e biodiversidade através de procedimentos de redução de risco.

Também espera-se que as diretrizes estejam em conformidade com outras normas existentes, incluindo códigos desenvolvidos pela Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação a fim de facilitar a operacionalização e desenvolvimento de sinergias, bem como outras convenções relacionadas a gestão de agroquímicos. □

SADC e UA promovem conjuntamente a implementação da Agenda 2063

A **ÁFRICA** austral e a União Africana concordaram em reforçar a cooperação na implementação da Agenda 2063, uma estratégia continental que visa otimizar a utilização dos recursos de África para o benefício de todos os africanos.

A Secretária Executiva da SADC, Dra. Stergomena Lawrence Tax, e o Delegado Regional da UA para a África Austral, SADC e COMESA, Dr. Auguste Ngomo, disseram no final de uma reunião no início de Fevereiro que os blocos económicos regionais desempenham um papel crítico em liderar a integração continental.

A este respeito, foi acordado que a SADC e a UA irão efectuar o seguinte:

- Cooperar na promoção do desenvolvimento continental e regional e da agenda de integração, com foco específico na Agenda 2063, como parte das prioridades de Integração Regional da SADC;
- Estabelecer o planeamento inclusivo e mecanismos de informação onde a REC vai efectivamente implementar e reportar a aplicação da Agenda 2063; e
- Trabalhar conjuntamente na domesticação dos instrumentos regionais e continentais. □

SADC adota Medidas de Resiliência ao El Niño

ÁFRICA AUSTRAL colocou em prática uma série de medidas destinadas a reduzir o impacto do fenómeno El Niño que afecta a região.

As medidas foram acordadas numa recente Reunião Consultiva da SADC sobre a Prontidão e Resposta aos impactos do El Niño sobre a Agricultura e Segurança Alimentar e Nutricional na África Austral durante a época 2015/16, realizada nos dias 25-26 de Fevereiro, em Joanesburgo, África do Sul.

A reunião notou que o El Niño está ameaçar a agricultura, a segurança alimentar e nutricional na África Austral e pode reverter os ganhos de desenvolvimento se não forem tomadas medidas urgentes.

O El Niño é um ciclo climático natural que se desenvolve com o aquecimento das águas do Oceano Pacífico contribuindo para a alteração de um conjunto dos padrões do clima e da pressão atmosférica, afectando o clima global.

A história mostra que o efeito El Niño normalmente faz com ocorram secas na África Austral e cheias em outras partes do mundo.

Houve um aumento significativo na frequência e intensidade dos episódios de El Niño na região.

Antes da década de 1980, eventos fortes de El Niño ocorriam a cada 10 a 20 anos, em média. No entanto, desde 1980, a ocorrência de El Niño severos tornaram-se mais frequentes.

Em resposta rápida a este desafio, os Estados-Membros concordaram em implementar de forma coletiva e coordenada medidas de curto, médio e longo prazo para minimizar os impactos sobre as comunidades.

A curto prazo, os Estados-Membros devem partilhar dados preliminares sobre o número de pessoas afectadas, cereais e outros défices alimentares para o planeamento e mobilização de recursos.

Com o apoio dos parceiros de cooperação, os Estados-Membros assegurar ajuda imediata para satisfazer as necessidades alimentares e não alimentares da população vulnerável e aumentar a sua dotação orçamental para a prevenção, mitigação, prontidão e resposta aos desastres.

Em particular, os países concordaram em ampliar as redes de proteção ou de segurança social e garantir a rápida importação de bens alimentares e não alimentares essenciais para a região.

Alguns dos programas de redes de segurança incluem o fornecimento de seguro contra a seca para os pequenos agricultores

que tem sido bem sucedida em Países como o Malawi, bem como promover o cultivo de culturas tolerantes à seca, como soja, mapira e mandioca.

Para enfrentar a actual crise, os Estados-Membros e os parceiros acordaram em estabelecer um centro de coordenação específica do El Niño no Secretariado da SADC.

Caso esteja funcional, o centro vai apoiar os esforços do Centro dos Serviços do Clima da SADC no fortalecimento do sistema de aviso prévio na região.

A médio e longo prazo, os Estados-Membros e os parceiros irão promover e adoptar tecnologias apropriadas para a resiliência ao clima, bem como reforçar as estratégias de redução de riscos de desastres.

Em particular, os países terão de implementar políticas agrícolas regionais que promovem a produção, a produtividade, a competitividade e melhorar o acesso aos mercados e promover a participação do sector privado.

Algumas das principais políticas incluem o Programa Compreensivo do Desenvolvimento da Agricultura em África (CAADP), que foi formulado em 2003 pela União Africana com vista a encorajar os países a chegar a um caminho mais elevado de crescimento económico através do desenvolvimento da agricultura.

No âmbito deste programa em todo o continente, os governos africanos se comprometeram a destinar pelo menos 10 por cento dos seus orçamentos nacionais ao sector agrícola a cada ano.

A reunião consultiva da SADC sobre o El Niño decorreu numa altura em que o Centro dos Serviços de Clima da SADC divulgou a actualização da previsão climática indicando uma grande probabilidade de persistência de chuvas insuficientes em quase toda a África Austral no período Fevereiro-Abril de 2016.

A actualização está em linha com a previsão climática elaborada por especialistas em clima no final de Agosto 2015 que já previam a predominância de um El Niño severo durante a maior parte da campanha agrícola 2015/16.

O SADC Secretário Executivo Adjunto para a Integração Regional, Dr. Thembinkosi Mhlongo disse que a maior parte da região está a enfrentar a pior seca dos últimos 35 anos, causando severa escassez de água e redução da humidade do solo que causou a perda de culturas e morte de gado em algumas áreas.

Mhlongo afirmou que as condições de secas são susceptíveis de causar uma grave escassez de alimentos e desnutrição na região, acrescentando que a situação no terreno parece pior, uma vez que ocorre a época passado não foi boa e deixou muitas famílias vulneráveis.

"Nós já estamos testemunhando a escassez de alimentos, bem como a perda de capacidades de geração de energia e escassez de água", disse ele.

Ele disse que as estimativas dos sistemas de Aviso Prévio da SADC e de Avaliação de Vulnerabilidade indicam que 28 milhões de pessoas, cerca de 10 por cento da população da SADC, estão numa situação de insegurança alimentar como resultado da baixa colheita do ano passado.

Os relatórios mostram que os Países da África Austral, com excepção de Madagáscar, Maurícias e Seychelles, registaram um défice de cereais de 7,90 milhões de toneladas na campanha de comercialização de 2015/16. □

Niño

El Niño - Resultado das mudanças ou variabilidade Climáticas?

CONDIÇÕES EXTREMAS do estado do tempo associadas ao fenómeno El Niño afectam a situação de segurança alimentar na África Austral.

De acordo com os Sistemas Aviso Prévio e Avaliação de Vulnerabilidade da SADC, cerca de 28 milhões de pessoas, aproximadamente 10 por cento da população da SADC, estão numa situação de insegurança alimentar devido a fraca colheita na campanha agrícola 2014/15.

A história mostra que o efeito El Niño normalmente faz com que ocorram episódios de seca na África Austral e cheias em outras partes do mundo.

Mas o que é exactamente um El Niño?

El Niño é um ciclo climático natural que se desenvolve através do aquecimento superficial das águas do Oceano Pacífico contribuindo para a alteração de um conjunto dos padrões do clima e da pressão atmosférica, afectando o clima global.

A mudança climática descreve alteração do estado do clima (principalmente temperatura, precipitação, radiação, vento e cobertura de nuvens) que persiste por um longo período, normalmente por várias décadas até séculos, e do clima sem que isso signifique necessariamente o retorno ao seu estado original.

Em contraste, a "variabilidade" do clima é um fenómeno temporário que ocorre em escalas de tempo variando de alguns minutos a uma década ou mais.

A variabilidade ocorre dentro de um sistema climático e é caracterizado por propriedades que, eventualmente, retornam para o ponto de origem.

O ciclo El Niño que afecta a África Austral ilustra variabilidade e não mudanças climáticas.

A Relatório sobre o Estado do Meio Ambiente na África Austral 2008 destacou que muitas regiões dos trópicos e subtópicos apresentam anomalias climáticas que se correlacionam com o fenómeno El Niño Oscilação Sul (ENOS).

O ENSO pode se manifestar tanto como El Niño ou La Niña, este último associado com as temperaturas da superfície do mar quentes e frias no Pacífico tropical.

Durante a maioria dos episódios de El Niño, as condições de seca geralmente prevalecem na maior parte África Austral, enquanto as condições de La Niña muitas vezes resultam em chuvas fortes em toda a região.

O Estado do Ambiente na Bacia do Zambeze 2015 nota que antes da década de 1980, eventos de El Niño severos ocorriam, em média, a cada 10 a 20 anos. Contudo, desde 1980 as secas, ligadas ao El Niño se tornaram mais frequentes.

Algumas das recentes secas na região ocorreram nas estações de chuva 1982/83; 1991-1992; 1994-1995; 1997-1998; e entre 2001 e 2003.

O El Niño que se regista na campanha agrícola 2015/16 é mais forte do que o ciclo 1997 e o pior já registrado em 50 anos.

O período de seca já afetou a região, resultando na perdas de colheitas, perda de gado e redução dos níveis de água nas barragens.

Por exemplo, o contínuo declínio dos níveis de água na barragem de Kariba, entre a Zâmbia e o Zimbábue, é hoje uma questão de grande preocupação porque está a afectar actividades de pesca e produção de energia hidroeléctrica.

A Autoridade do Rio Zambeze informou que os níveis de água em Kariba tinham reduzido para 12 por cento da capacidade a 01 de Fevereiro em comparação com os 53 por cento registados na mesma data do ano anterior.

Em outubro de 2015, a República Unida da Tanzânia foi forçada a desligar todas as suas centrais hidroeléctricas devido a baixos níveis de água nas barragens do País. Como resultado dos baixos níveis de água, produção de energia hidroeléctrica reduziu para 20 por cento da capacidade, o que torna difícil a operação das barragens.

A actualização da perspectiva de segurança alimentar produzida pela Rede do Sistema de Aviso Prévio da Fome mostra que a África Austral é susceptível de sofrer reduções significativas na produção agrícola em 2016, como resultado da fraca precipitação.

Os Países mais afetados são Lesotho, Malawi, Moçambique, África do Sul, Swazilândia, Zâmbia e Zimbábue que registaram um início tardio da estação chuvosa.

Esta situação não é nova para a África Austral, no passado as comunidades implementaram uma série de estratégias de resiliência ao clima para conter os efeitos da seca.

Por exemplo, o seguro do estado do tempo para a seca tem sido bem sucedido para os pequenos agricultores no Malawi.

Com as medidas de seguro da quantidade de chuva registada nas estações meteorológicas locais, em caso de uma grave seca, assume-se que todos os agricultores num raio de 20 a 30 km são igualmente afetados.

O programa é semelhante à rede de segurança utilizada tradicionalmente no Zimbábue para amortecer as comunidades em tempos de seca chamado Ramambo Zunde (celeiro do chefe).

Este é um conceito que aumenta as reservas de cereais das comunidades que podem então ser usadas para ajudar os necessitados durante as secas.

O cultivo de culturas tolerantes à seca tais como a mandioca, soja e mapira ajuda as comunidades a obter uma melhor colheita durante períodos de seca. □



Zâmbia anuncia datas para a realização de eleições gerais

A **ZÂMBIA** vai às urnas em Agosto para escolher os novos líderes que governarão o País durante os próximos cinco anos.

O anúncio foi feito após a assinatura de uma nova Constituição em Janeiro pelo Presidente Edgar Lungu que determina que as eleições no País devem decorrer a cada cinco anos na segunda Quinta-feira de Agosto.

A segunda Quinta-feira de Agosto de 2016 será dia 11.

Anteriormente, o Presidente tinha a prerrogativa de marcar a data para as eleições.

Outras grandes alterações à Constituição incluem a necessidade do candidato vencedor assegurar pelo menos 50 por cento-mais-um dos votos. Anteriormente, o Presidente era eleito usando um sistema de maioria através do qual o candidato com o maior número de votos era eleito, mesmo se obtivesse menos de 50 por cento dos votos válidos.

As mudanças constitucionais também permitem os candidatos presidenciais a concorrerem para a vice-presidência. No passado, o vice-presidente era nomeado pelo presidente.

A eleição do vice-presidentes irá permitir ao titular tornar-se presidente em caso de incapacidade do Presidente continuar a conduzir os destinos do País. Isso permitirá que o vice-presidente assuma o poder durante o restante período do mandato do titular que se mostrar incapacitado.

Tal desenvolvimento evita a necessidade de eleições antecipadas, como foi o caso do ano passado, após a morte do Presidente Michael Sata, em Outubro de 2014.



Eleições antecipadas também foram realizadas em Outubro de 2008 depois da morte do Presidente Levy Mwanawasa em Junho de 2008.

Falando na cerimónia de assinatura realizada no Estádio dos Heróis em Lusaka, com a participação de milhares de zambianos, incluindo o fundador e primeiro presidente Kenneth Kaunda, e o ex-presidente Rupiah Banda, bem como o líder da oposição Nevers Mumba, o Presidente Lungu disse que a adopção da nova Constituição é uma ocasião importante na história do País.

"A viagem foi longa e dura, mas a busca uma constituição que espelha as aspirações e esperanças colectivas do nosso povo nunca vacilou", disse ele.

"Hoje, como povo, temos a oportunidade de fazer história porque eu assinei a nova Constituição. Levamos muitos anos para fazer este progresso, com os processos a falharem ou paralisados do passado. Zambianos, aqui está a nossa nova Constituição e o começo de uma nova era".

Lungu foi nomeado pela Frente Patriótica no poder para disputar as eleições e vai enfrentar o desafio de outros candidatos, incluindo Hakainde Hichilema do principal partido da oposição, o Partido Unido para o Desenvolvimento Nacional.

Lungu foi eleito Presidente no ano passado após a morte de Sata, tornando-se o sexto presidente da Zâmbia desde que o País alcançou a independência da Grã-Bretanha a 24 de Outubro de 1964.

Ele expressou confiança de que os zambianos vão se reunir atrás dele para lhe permitir garantir votos suficientes para continuar presidente, e exortou as pessoas a manter a paz antes, durante e depois das eleições.

"À medida que avançamos para as eleições a 11 de Agosto,

eu imploro a todos os cidadãos e actores políticos, em particular, a respeitar os meios civis de compromisso um com o outro", disse ele, acrescentando que "haverá diferenças, mas não devem ser aproveitadas por inimigos de uma sociedade livre".

Na última eleição, declarada por missões de observadores regionais e internacionais, incluindo a SADC Missão de Observação Eleitoral, como tendo decorrido em conformidade com as normas regionais e internacionais, o Presidente Lungu obteve 48,3 por cento dos votos contra 46,7 por cento de Hichilema.

Um total de 5.166.088 de pessoas se registaram para votar na eleição, de acordo com a Comissão Eleitoral da Zâmbia. □

RDC prepara-se para eleições

A **REPÚBLICA** Democrática do Congo vai realizar eleições presidenciais e legislativas este ano, embora a data ainda não tenha sido marcada.

Há discussões no Parlamento para emendar a Constituição para permitir três mandatos presidenciais, embora esta mudança constitucional esteja a enfrentar a resistência de membros da oposição e este debate não resolvido poderá atrasar a realização das eleições deste ano.

Ainda não está claro se o actual Presidente Joseph Kabila vai concorrer para a reeleição uma vez que está a cumprir o seu segundo e último mandato a

luz da actual Constituição. Ele ascendeu ao poder em 2001, após o assassinato do seu pai, Laurent Kabila.

O Presidente Joseph Kabila liderou um governo de transição que, em 2006, supervisionou as primeiras eleições democráticas em mais de 40 anos, de onde saiu vencedor. Ele foi reeleito em 2011.

Com o apoio dos Estados Membros da SADC, as forças do governo da RDC conseguiram conter os rebeldes, que haviam capturado a parte oriental do País em 2012. □



Ponte de Kazungula reforça comércio regional

A **CONSTRUÇÃO** da ponte multinacional de Kazungula poderá facilitar o livre movimento de pessoas, serviços e bens em toda a região e impulsionar o comércio intra-regional.

A ponte que liga dois Países da SADC - Botswana e Zâmbia - através do rio Zambeze em Kazungula é um dos marcos para a integração regional na SADC.

De acordo com Botswana e Zâmbia, que estão implementar e financiar conjuntamente o projecto no valor de 259.3 milhões de dólares norte-americanos com base num acordo de financiamento 50/50, a construção da ponte poderá ser concluída em Dezembro de 2018.

O apoio financeiro proveio do Banco Africano de Desenvolvimento e da Agência de Cooperação Internacional do Japão.

O projeto inclui a construção de uma ponte ligando o Botswana e Zâmbia sobre o rio Zambeze para substituir actuais batelões (pontões), bem como a construção, em Kazungula, de um posto fronteiriço de paragem única entre os dois países.

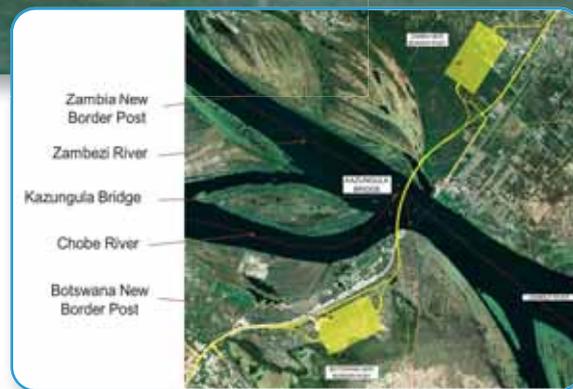
Actualmente, os transportadores usam batelões para transportar mercadorias e veículos através do rio na fronteira de Kazungula entre Botswana, Namíbia, Zâmbia e Zimbabwe.

Embora a construção está prevista para decorrer dentro dos prazos estipulados, o projecto tem vindo a enfrentar alguns desafios, um dos quais é acordar com a empresa de Mineração de Chilibwe para que pare de explorar a pedreira, no espaço a si concedido e que figura no traçado da ponte. Este atraso pode atrasar o ritmo de construção da ponte.

Depois de concluído, espera-se que a ponte possa contribuir

para melhorar a eficiência do tráfego e trânsito na fronteira de Kazungula, facilitar a intensificação das actividades de comércio e competitividade global da Zâmbia e Botswana, melhorar a ligação regional e contribuir para a integração das economias dos países da SADC.

A ponte de Kazungula poderá também facilitar as trocas comerciais através da melhoria da circulação do tráfego, e prevê-se



do Sul para a região da SADC central.

Para a fácil implementação, o projeto foi dividido em três fases, com a primeira sendo a construção das rampas da ponte, ferroviárias e encontros.

A segunda etapa será a construção do posto fronteiriço de paragem única do lado Botswana, e, finalmente, outro posto fronteiriço de paragem única do lado da Zâmbia. □

que a inclusão da componente ferroviária possa permitir o transporte mais eficiente e rentável de cargas e pessoas. A componente ferroviária vai encurtar a distância entre a África

SACU pretende rever acordo de partilha de receitas

A **REVISÃO** do acordo de partilha de receitas entre os membros da União Aduaneira da África Austral (SACU) poderá ser concluída este ano.

A revisão decorre já há alguns anos depois do Botswana, Lesotho, Namíbia e Swazilândia (BLNS) se terem queixado de que a fórmula de partilha de receitas não os compensa totalmente para os efeitos de angariação de preços, e que há uma falta de consulta por parte da África do Sul com os seus parceiros da SACU.

Houve alegações de barreiras não-tarifárias que impedem o acesso por parte de outros países da SACU no mercado Sul Africano.

A África do Sul tem reclamado, por sua vez, que a afectação ponderada dos impostos especiais de consumo e os direitos aduaneiros para os países BLNS tornou-se um fardo crescente sobre a sua renda e que SACU tornou-se inviável.

A SACU considera, portanto, ser importante que o novo acordo de partilha de receitas baseie-se em princípios sólidos e análise técnica para que seja sustentável e atraente para todos.

A União Aduaneira recolhe taxas da produção local além de direitos aduaneiros sobre as importações provenientes do exterior da SACU. Os impostos recolhidos são colocados num organismo de Receita comum (CRP). A receita comum é atribuída aos países membros em parcelas trimestrais utilizando uma fórmula de partilha de receitas.

Segundo o acordo da SACU de 2002, a fórmula de partilha de receitas utiliza três componentes para o cálculo das quotas de receitas para os Estados membros. Trata-se de uma componente aduaneira, uma componente especial de consumo e uma componente de desenvolvimento.

Usando a componente aduaneira, a receita é atribuída

com base na participação das importações intra-SACU de cada país, enquanto o componente de consumo aloca os fundos com base na quota do Produto Interno produto (PIB) de cada País.

As alocações de receitas que utilizam a componente de desenvolvimento são fixadas em 15 por cento da receita total sobre o consumo e distribuídas de acordo com o inverso PIB per capita de cada País.

Nos termos do presente acordo, a África do Sul é o guardião da CRP e todos os impostos recolhidos na zona aduaneira comum são pagos ao fundo de rendimento nacional Sul Africano. A receita é então partilhada entre os Estados membros de acordo com uma fórmula de partilha de receitas, tal como descrito no acordo.

A revisão da SACU acordo de partilha de receitas é um desenvolvimento que poderia ter lições importantes para uma futura União Aduaneira da SADC. □



Rumo a uma profunda integração continental

A 26ª cimeira da união africana decorreu no final de janeiro em addis abeba, etiópia, para traçar a agenda de desenvolvimento para o continente. abaixo estão alguns dos assuntos discutidos e acordados na cimeira.

Ano Africano dos Direitos Humanos com especial incidência sobre os Direitos das Mulheres

A CIMEIRA da União Africana declarou 2016 como o Ano Africano dos Direitos Humanos com especial destaque para os Direitos das Mulheres.

O foco específico do tema sobre os direitos das mulheres visa construir em 2015 é "Autonomia e Desenvolvimento das Mulheres rumo a Agenda 2063", e, portanto, significa a consistência e a urgência com que a UA se esforça para realizar as aspirações dos seus vários programas continentais, projectos e actividades como o seu plano de desenvolvimento de 50 anos - Agenda 2063.

A Agenda 2063 é uma estratégia continental que visa otimizar a utilização dos recursos de África para o benefício de todos os africanos.

A Cimeira anotou que há necessidade de continuar a colocar as pessoas e os seus direitos humanos básicos no centro da implementação da Agenda 2063 e abordar os males do extremismo violento, violência baseada no género, o sofrimento e a miséria causada pelas guerras e conflitos.

O continente está empenhado em eliminar as barreiras que limitam a plena participação das mulheres e raparigas em todas as esferas da sociedade. □

África pondera retirar-se do TPI

A ÁFRICA adoptou uma proposta visando desenvolver um roteiro para a retirada dos seus Países do Estatuto de Roma, que criou o Tribunal Penal Internacional (TPI), devido à recusa por parte da comunidade internacional de considerar uma revisão das funções e operações do tribunal.

Os líderes expressaram preocupação com a maneira como TPI tem agido em relação aos Países africanos. A maioria dos casos investigados pelo TPI desde a sua criação em 2002 estão em África.

Algumas das investigações do TPI incidiram sobre a República Centro Africana, Costa do Marfim, República Democrática do Congo, Quênia, Líbia, Mali, Sudão e Uganda.

Isto causou acusações contra o TPI de usar dualidade de critérios pois alega-se que o tribunal faz vista grossa aos crimes de guerra e genocídio cometidos pelo Ocidente.

Houve apelos para que o tribunal também incriminasse o ex-primeiro-ministro britânico Tony Blair e o ex-presidente dos Estados Unidos George W. Bush por alegados crimes de guerra no Iraque. □



Zimbabwe passa o mandato da UA para o Chade; Ruanda vai acolher a próxima cimeira

APÓS TER dirigido com sucesso a agenda de integração Africana no ano passado, a SADC passou o mandato continental para a África central.

O antigo Presidente da SADC, o Presidente do Zimbabwe, Robert Mugabe, entregou a presidência da UA ao Presidente do Chade, Idris Deby, durante a 26ª Cimeira da UA.

O novo presidente elogiou o presidente Mugabe pelo seu espírito e compromisso de fazer avançar a agenda de desenvolvimento de África durante seu mandato à frente da União pan-Africana.

Os líderes da UA recém-eleitos são: Presidente (Chad); Primeiro Vice-Presidente (Benin); Segundo Vice-Presidente (Ruanda); Terceiro Vice-Presidente (Líbia); e Quarto Vice-Presidente e Relator (Zimbabwe).

A próxima Cimeira da UA vai decorrer no Ruanda em Junho / Julho.

A cimeira da UA é realizada duas vezes por ano, sendo a primeira em Janeiro / Fevereiro na sede da UA em Addis Abeba, na Etiópia, enquanto a segunda é acolhida por outro Estado membro. □

Reformas no Conselho de Segurança da ONU - África exige acção

por Kizito Sikuka

A POSIÇÃO da África na governação e sistema político mundial é clara - "reformar o Conselho de Segurança das Nações Unidas".

Esta posição comum foi reiterado na 26ª Cimeira da União Africana (UA), realizada em Adis Abeba, Etiópia, quando o continente disse que o Conselho de Segurança da ONU está desatualizado e fora de contacto com a realidade.

Por exemplo, o conselho, que tem o dever primordial de manutenção da paz e segurança internacional, continua a ser dominado por algumas nações poderosas em detrimento da maioria.

Dos cinco membros permanentes com poder de veto, nenhum é da África apesar do continente contribuir com o maior número de membros da ONU.

Os cinco membros permanentes são a China, França, Rússia, Reino Unido e Estados Unidos, com três deles (França, Rússia e Reino Unido) provenientes da Europa.

Esses membros permanentes têm direito a veto, o que significa que o conselho não pode implementar qualquer decisão se um dos cinco membros permanentes rejeitar.

Além disso, o conselho é composto por 10 outros membros não permanentes eleitos para mandatos de dois anos pela Assembleia Geral da ONU. No entanto, esses membros não têm poder de veto.

Um país que é membro da ONU, mas não do Conselho de Segurança poderá participar ou ser convidado, porém sem direito a voto nas discussões quando o Conselho considera que os interesses do País são afetados. As condições de participação por um desses membros são definidas pelo conselho.

Este arranjo e estrutura em que alguns países são "mais importantes do que outros" é o que a África e outras regiões em desenvolvimento querem que seja reformada.

Além disso, com o poder global mudando nas últimas décadas em que a África, por exemplo, é agora o continente mais rápido e emergentes, e a China, a maior economia, a reforma do conselho é urgente para garantir que o órgão esteja em consonância com as novas realidades geopolíticas e

dinâmicas emergentes.

O conselho é dominado por alguns países que saíram vitoriosos numa guerra travada há 70 anos, e, assim, determinam todas as decisões importantes sobre a paz e a segurança no mundo.

A África é o destinatário da maior parte das declarações sobre a paz e a segurança, mas continua a ser marginalizada em influenciar essas decisões.

O Presidente cessante da UA, o Presidente Robert Mugabe, do Zimbabwe, disse que é hora de todos os países do mundo se relacionarem em pé de igualdade, em oposição ao cenário atual, onde a maioria está a ser dominada por algumas nações poderosas.

"Se as Nações Unidas querem sobreviver, precisamos de ser membros iguais, membros que podem dizer para onde vamos para o órgão; que estamos falando agora plenamente como membros com uma voz que é compreendida, respeitada e honrada", disse ele.

A posição comum de África sobre as reformas do Conselho de Segurança das Nações Unidas está

claramente contida no Consenso de Ezulwini feita na Swazilândia em 2005 e adoptada no mesmo ano na sessão extraordinária do Conselho Executivo da UA na Etiópia.

Mesmo que o Consenso de Ezulwini seja baseado na ideia de representação regional, em oposição ao actual sistema das Nações Unidas que se concentra na representação dos países com base no seu mérito individual, a adopção de um consenso pela África é, contudo, um passo ousado na direcção correcta.

Um assento permanente para África no Conselho de Segurança das Nações Unidas permitiria que o continente tivesse uma voz em todos os órgãos de tomada de decisões da ONU, preparando o caminho para a reconstrução de assuntos globais.

O consenso apela para a necessidade de expandir o tamanho do conselho de 15 para 26 membros, com representação justa para a África.

"O objectivo da África é estar totalmente representados em todos os órgãos da ONU, particularmente no Conselho de Segurança, que é o principal órgão de tomada de decisões da ONU em matéria de paz e segurança internacionais", diz parte do Consenso de Ezulwini.

"A representação completa de África no Conselho de Segurança significa pelo menos dois assentos permanentes com todas as prerrogativas e privilégios de membro permanente, incluindo o direito de veto, e cinco assentos não-permanentes."

Sobre a questão da selecção dos representantes permanentes de África no Conselho, o Consenso afirma claramente que "a questão dos critérios de selecção dos membros africanos do Conselho de Segurança deve ser uma questão que a UA deve definir, tomando em consideração a natureza e capacidade dos representante escolhidos".

Sobre os cinco assentos não-permanentes, o Consenso de Ezulwini afirma que estes irão rodar entre os Países africanos, um para cada uma das cinco regiões ou seja, Norte, Leste, Oeste, Central e Austral.

Apesar da emenda à Carta da ONU para efetuar uma reforma no Conselho de Segurança exigir uma maioria de dois terços, fora de uma adesão total da ONU, de 193, alguns dos cinco membros permanentes, em especial a França, Reino Unido e os EUA se opuseram abertamente a isso porque pretendem manter o status quo de continuarem no órgão.

No entanto, a semelhança da luta pela independência, o impulso para a reforma do Conselho de Segurança da ONU não é um caminho fácil.

Começo apropriadamente colocado pelo Presidente Mugabe na Cimeira da UA, "vamos lutar pela nossa própria identidade, para a nossa própria integridade e personalidade como africanos." *sardc.net* □

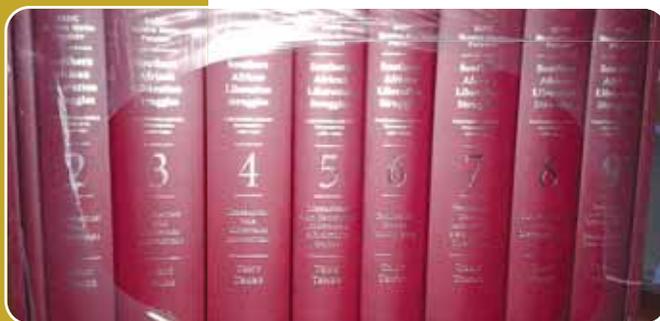
A ONU é composta por 193 Países-Membros de África (53), Ásia-Pacífico (53), Grupo da Europa Oriental (23), Europa Ocidental e Outros Grupos (28), Grupo da América Latina e Caraíbas (33). Os restantes dois membros - Estado da Palestina e a Santa Sé - são Estados Observadores. A ONU foi criada em 1945, quando a maioria dos Países de África não estava representados e quando primeiras reformas foram feitas em 1963, a África já estava representada, mas não tinha uma posição particularmente forte pois a maioria dos seus Países foram surgindo a medida conquistavam a independência. O continente está agora convencido de que o tempo é outro e a África já está pronta para influenciar as propostas reformas da ONU e reconstrução de assuntos globais.

SADC apresenta livro sobre história

A SADC apresentou o seu livro de história de nove volumes sobre a luta de libertação na África Austral aos líderes que tomaram parte na 26ª Cimeira da União Africana realizada nos finais de Janeiro, na Etiópia.

A apresentação do livro de memórias históricas da luta de libertação na SADC visa garantir que a informação esteja acessível para todos os cidadãos do continente.

A publicação é composta por nove volumes que documentam a história do processo de libertação na África Austral que culminou com o fim do domínio colonial e do regime de apartheid na região.



A publicação apresenta eventos e histórias de Angola, Botswana, Lesoto, Malawi, Moçambique, Namíbia, África do Sul, Swazilândia, República Unida da Tanzânia, Zâmbia e Zimbabwe.

Além desses países, a pesquisa abrange também a assistência prestada por Países e organizações fora da região da SADC, que desempenharam um papel fundamental no apoio aos movimentos de libertação na África Austral.

A publicação de história da SADC foi lançada oficialmente na 34ª Cimeira da SADC realizada em Victoria Falls, Zimbabwe, em Agosto de 2014.

A publicação é um testemunho do empenho, dedicação e sacrifício de todos os que lutaram para trazer as liberdades que hoje prevalecem na África Austral.

O falecido e reformado Brigadeiro-General, Hashim Mbita, que mobilizou o processo de investigação e foi o patrono da publicação. Ele foi Secretário Executivo do Comité de Libertação da Organização da Unidade Africana (OUA) de 1972 a até 1994 altura em que este organismo declarou a sua "missão cumprida". sadc.int □

Nyerere - Um símbolo de liberdade em África

JULIUS NYERERE "carregou a tocha que libertou a África", proporcionando uma visão e liderança ao Comité continental de Libertação e assumindo a maior responsabilidade de acomodar combatentes da libertação no seu País, garantindo-lhes treinamento, apoio logístico, diplomático e militar.

Falando no lançamento nacional do livro *Julius Nyerere, Asante Sana, obrigado Mwalimu*, realizado no final de Janeiro no Zimbabwe, o Presidente cessante da União Africana e presidente cessante da SADC, Robert Mugabe,

Presidente do Zimbabwe, disse que o continente não teria sido o mesmo sem a visão e dedicação de Nyerere.

O livro foi apresentado aos líderes na Cimeira da União Africana de alguns dias após o lançamento nacional no Zimbabwe.

"Apesar do seu País ter conquistado a independência através de eleições e não da luta armada, ele estava pronto para apoiar a luta armada, quando o colonialismo parou o movimento para independência na fronteira sul da Tanzânia, o rio Ruvuma", refere o Presidente Mugabe no prefácio da publicação.

"Um crente firme na unidade do povo e do continente africano, ele (Nyerere) unificou pela primeira vez seu próprio País através da união de Tanganyika e Zanzibar para formar a República Unida da Tanzânia. E então ele partiu para apoiar a libertação do subcontinente, sabendo que este novo País, a Tanzânia, nunca seria politicamente livre enquanto o resto de África também estivesse livre do colonialismo e do apartheid."

Ao mesmo tempo, todos os movimentos de libertação da África Austral tinham a sua sede em Dar-es-Salaam, então capital da República Unida da Tanzânia.



a de libertação para a África

Desde os primórdios da década de 1960 até a década de 1980, a Tanzânia foi o cruzamento de África. Quase todo mundo que era alguém visitou Dar-es-Salaam durante esses anos para se reunir com Nyerere e com os líderes dos movimentos de libertação da África Austral.

No seu famoso discurso proferido em Outubro de 1959 para o Conselho Legislativo, dois anos antes da independência do seu País, Nyerere fez um compromisso em nome de seu povo, que ainda não tinha recuperado o seu próprio País.

Ele falou de acender uma vela no topo do Monte Kilimanjaro "que irá brilhar para além das nossas fronteiras dando esperança onde há desespero, amor onde há ódio e dignidade onde há humilhação."

Este foi o seu compromisso de que Tanganyika independente iria apoiar plenamente a libertação dos Países africanos do colonialismo e do apartheid, e ele fez isso.

Hoje todos os Países do continente, com exceção de Saharauí, estão totalmente independentes.

No entanto, naquela época, em 1959, quando Nyerere fez a dedicação e compromisso com a libertação do sub-continente e para a unidade Africana, apenas nove Países estavam independentes - Etiópia, Egipto, Ghana, Guiné, Libéria, Líbia, Marrocos, Sudão e Tunísia.

A nível continental, Nyerere foi fundamental para a formação do Movimento Pan-Africano de Libertação da África Central e Oriental e (PAFMECA), um dos precursores da Organização de Unidade Africana, agora, a União Africana.

Nyerere foi um dos líderes Africanos mais flexíveis no estabelecimento da cooperação com a República Popular da China.

No lançamento do livro, o presidente Mugabe disse que Zimbabwe e o resto do continente Africano beneficiaram imensamente do início das relações entre Nyerere e a China, dizendo que "as ligações de Nyerere com a China tornaram-se ligações do Zimbabwe com a China", e mais tarde com o resto do continente Africano.

Um exemplo clássico das relações China-África foi alcançado quando a China ajudou na construção da Linha Férrea Tanzânia-Zâmbia, popularmente conhecida por TAZARA, um processo que é bem ilustrado no livro.

O que foi surpreendente sobre esta relação é que a China era mais pobre do que a maioria dos Países africanos na época. Desde então, as relações sino-africanas continuaram a crescer, levando ao actual nível de comércio e investimento no continente, nomeadamente nas infra-estruturas.

As relações China-África atingiram um novo patamar em Dezembro de 2015 na Cimeira do Fórum de Cooperação China África (FOCAC)

realizado em Joanesburgo, África do Sul, que é um membro do BRICS, um grupo de economias emergentes formado por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul.

Na cimeira, a China e África tomaram medidas ousadas para fortalecer benefícios mútuos, incluindo o anúncio de um financiamento Chinês estimado em 60 bilhões de dólares norte-americanos para apoiar o desenvolvimento no continente Africano.

O Presidente Mugabe, durante seu mandato como presidente da SADC e da UA, exortou o continente a fazer mais para honrar os fundadores que trouxeram a independência dos seus Países e da região, designadamente o Dr. Kenneth Kaunda, da Zâmbia; Sir Seretse Khama, do Botswana; e Julius Nyerere, o primeiro Presidente da Tanzânia e um dos fundadores da SADC e da OUA.

A SADC reconheceu a contribuição de Nyerere, quando ele foi homenageado como a primeira pessoa a receber a Medalha Sir Seretse Khama da SADC, atribuída a ele numa Cimeira da SADC realizada em 1986 em Angola.

Nyerere foi homenageado no ano passado, a título póstumo, pela União Africana, com a atribuição do seu nome a nova sede da UA, em Addis Abeba, na Etiópia.

O Presidente Mugabe disse no lançamento da publicação estar "condizente com um grande estadista, libertador e excelência pan-africanista."

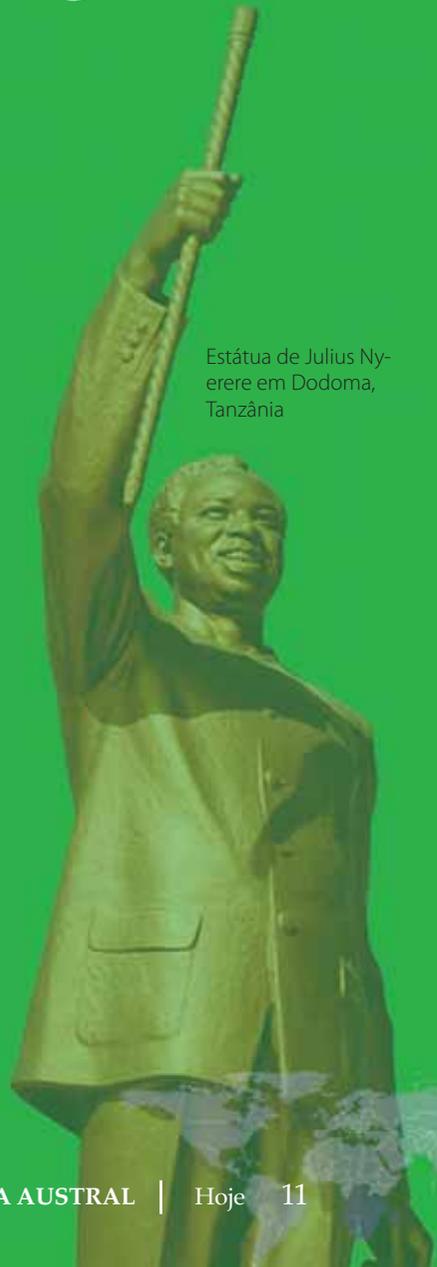
Co-publicado pelo Centro de Documentação e Pesquisa para a África Austral; Casa dos Livros; Grupo africano de Editoras; e Galeria Nacional do Zimbabwe; bem como a editora Mkuki na Nyota, da Tanzânia, o livro é uma compilação de fotografias e declarações históricas, apresentando Nyerere como o principal escritor através dos seus discursos documentados.

O lançamento nacional do livro *Julius Nyerere, Asante Sana, obrigado Mwalimu*, foi organizado pela Presidência do Zimbabwe, em Harare, a 27 de Janeiro, e teve a participação de ministros e outros altos funcionários, incluindo o embaixador da Tanzânia para o Zimbabwe, Charles Makakala, e outros embaixadores da SADC, comunidade diplomática, académicos, pesquisadores, escritores e representantes dos órgãos de comunicação social.

Isto ocorreu após o lançamento regional da publicação na 35ª Cimeira da SADC realizada em Gaborone, Botswana, em Agosto de 2015, quando o livro foi partilhado com os líderes da SADC. sardc.net □



Estátua de Julius Nyerere em Dodoma, Tanzânia





Reino do Lesotho: Um teste para a Diplomacia da SADC

A longa história de instabilidade política no Lesotho

por Phyllis Johnson

O REINO do Lesotho, rodeado pela África do Sul, tem uma longa história de instabilidade política que remonta a sua independência em Outubro de 1966.

Alguns dos desafios do Lesotho ocorrem por estar completamente cercado e economicamente dependente do seu vizinho África do Sul, e as hostilidades internas pós-independência foram conduzidas e financiadas pelo regime do apartheid, especialmente durante a década de 1980, como parte de sua agenda de desestabilização regional para manter a dependência dos Países vizinhos.

O Lesotho serviu de abrigo para os membros do Congresso Nacional Africano (ANC) e teve uma presença académica regional activa no respeitado Instituto de Estudos da África Austral, da Universidade Nacional do Lesotho.

Rei Moshoeshe II, pai do Rei Letsie III, era um opositor ferrenho do apartheid, e foi o primeiro a descrever as medidas restritivas da África do Sul como "sanções contra a África Austral".

A postura anti-apartheid do Lesotho nas Nações Unidas e na Organização de Unidade Africana (hoje União Africana) em 1975 aumentou as tensões com a África do Sul. As tensões intensificaram com a recusa do Lesotho em reconhecer proclamação de um Transkei independente da África do Sul em 1976.

As relações deterioraram ainda mais em 1982-1983, na sequência de incursões armadas sul-Africano contra o ANC no Lesotho.

As divisões políticas, económicas e militares alimentadas pelo apartheid continuam a ser um legado no Lesotho 20 anos após um Governo de ter sido constituído na África do Sul em 1994, como

também foi o caso de alguns outros Países vizinhos, como Moçambique.

Rei Moshoeshe II foi duas vezes forçado a exilar-se na Europa em curtos períodos, em 1970 e novamente em 1990. Houve golpes militares no Lesotho em 1986 e 1991, levando ao impasse militar em 1998 e a instabilidade que ocorre até o presente momento.

Rei Moshoeshe II retornou ao trono em 1994 e morreu num acidente de automóvel em 1996, no Lesotho. Seu filho, o príncipe Letsie foi indicado pelo colégio dos chefes para sucedê-lo.

As primeiras eleições multipartidárias do País, em 23 anos, realizaram-se em 1993 e foram ganhas pelo Partido do Congresso Basotho (BCP). O Partido Nacional Basotho (BNP), na oposição; rejeitou os resultados.

Unidades do Exército lutaram entre si em Janeiro de 1994. Até então a transição tinha começado no apartheid da África do Sul com eleições gerais previstas para o final de Abril.

Pouco antes das eleições Sul-Africanas, tropas rebeldes em Lesotho assassinaram Selometsi Baholo, Vice-Primeiro-Ministro e Ministro das Finanças, que tinha sido sequestrado junto com quatro outros ministros.

Isso, juntamente com questões constitucionais não resolvidas sobre os poderes do rei e a tensão com o governo eleito, bem como uma greve salarial de três semanas pela polícia e guardas prisionais, tornou o País ingovernável. O governo apelou para a ajuda da região.

Botswana, África do Sul e Zimbabwe constituíram um grupo de trabalho regional para lidar com os distúrbios. A iniciativa foi histórica e conseguiu conter a crise, resultando numa tregua. No entanto, continuaram casos de indisciplina dentro do exército.

A tensão entre os dois vizinhos começou a amainar depois de 1994, embora, por ser completamente rodeado pela África do Sul, Pretória continue a desempenhar um papel significativo na esfera económica e política de Maseru.

O abastecimento de água para a província industrial de Gauteng na África do Sul é alimentado a partir Lesotho através do Projecto de Água do Planalto do Lesotho, daí que o Lesotho tenha uma relação estratégica e simbiótica com seu grande vizinho.

O líder do BCP, Ntsu Mokhehle, formou um novo partido político em 1997, o Congresso para a Democracia do Lesotho (LCD), levando consigo 40 dos 64 membros do BCP do parlamento, garantindo uma maioria parlamentar e retendo o seu poder sobre o governo.

Os partidos da oposição desafiaram a acção de inconstitucionalidade, mas o governo continuou no poder. No início de 1998, Mokhehle foi aposentado e Pakhalita Mosisili assumiu a liderança do LCD.

Havia tensões em torno das segundas eleições gerais desde o retorno ao governo civil, realizadas em Maio de 1998, e o primeiro-ministro novamente recorreu à SADC para obter assistência. Uma comissão foi criada, dirigida por um juiz Sul-Africano, para resolver a disputa eleitoral, mas os resultados foram inconclusivos.

Um contingente militar misto composto pela África do Sul e Botswana no Lesotho a 22 de Setembro de 1998 para restaurar a ordem, mas encontrou resistência inesperadamente difícil. A luz de um acordo de paz no início de Outubro de 1998, o governo concordou em realizar novas eleições no 2000, mas a paz e reconciliação não durou muito tempo.

Uma insatisfação pós-eleitoral ressurgiu após as eleições em 2007, quando a oposição se recusou a aceitar os resultados, mergulhando o País numa nova crise. Isto forçou a criação de uma equipe de negociação integrando os chefes de Igrejas do Lesotho e facilitadores da SADC fora designados pelos líderes da África Austral para resolver a situação.

As tensões intra-partido neste período culminaram com divisão do LCD, obrigando Mosisili a renunciar a liderança do partido e a formar o Congresso Democrático (DC) com vários funcionários seniores.

Um acordo de paz mediado pela SADC foi alcançado em Abril de 2011, após mais de dois anos de negociações com vista a encontrar uma solução duradoura para os desafios políticos no país.

O Lesotho agora usa um sistema de votação da representação proporcional misto que é bastante complexo e projectado para ser inclusivo e facilitar a tomada de decisão.

As eleições realizadas em Maio de 2012, foram ganhas por Mosisili com uma ligeira maioria dos círculos eleitorais disputados, mas ele não conseguiu ganhar votos suficientes para formar um governo.

Thomas Thabane que serviu no governo do LCD de Mosisili de 1998-2006, antes de formar a Convenção Basotho Todos (ABC), formou uma aliança com outros partidos e após mais de cinco anos na oposição, Thabane foi nomeado Primeiro-Ministro.

Thabane governou até Março de 2015, depois de convocar eleições antecipadas para Fevereiro, ganhas pelo DC liderada pelo seu predecessor, Mosisili, que conseguiu formar um governo de coligação porque nenhum partido tinha obtido uma maioria absoluta.

Ambos os líderes mudaram o comandante do exército, quando ascenderam ao poder. □



Rumo a paz e estabilidade a longo prazo no Reino Montanhoso

por Kizito Sikuka

A SADC está empenhada em encontrar uma solução duradoura para a situação política no Reino do Lesotho que tem sido assolado por lutas de poder no Parlamento e no seio da Força de Defesa de Lesotho que ameaçam a paz e a segurança no país.

O Presidente do Órgão Político de Defesa, Segurança e Cooperação da SADC, Presidente Filipe Nyusi, de Moçambique, manifestou a vontade da região em ajudar o Lesotho a superar os seus desafios e alcançar uma paz e segurança sustentáveis.

A estabilidade no Lesotho continua, por muito tempo, uma área de preocupação para a SADC, com o mais recente caso de mergulhar o País em mais uma crise a ocorrer após o assassinato do ex-chefe do Exército, General Maaparankoe Mahao, em Junho do ano passado.

Mahao foi morto a tiros por soldados que tinham vindo para prendê-lo, supostamente por cumplicidade numa conspiração contra o governo do Primeiro-Ministro Pakalitha Mosisili.

O incidente ocorreu após Mosisili ter substituído novamente Mahao, como Chefe do Exército, pelo Tenente-Geral Tlali Kamoli. Mahao foi nomeado Chefe do Exército em 2014 pelo então Primeiro-Ministro, Thomas Thabane, apenas para ser demitido pelo Mosisili, que ganhou eleições antecipadas em Fevereiro de 2015.

O actual Chefe do Exército, Kamoli, havia sido exonerado por Thabane em 2014 e, mais tarde renomeado por Mosisili.

O governo de coligação de três partidos que emergiu das eleições de 2012, liderado por Thabane, deveria trazer a estabilidade ao país, mas logo enfrentou desafios, resultando na mais recente crise política na sequência de uma alegada tentativa de golpe por militares do Lesotho a 30 Agosto 2014.

Houve alegações de que soldados apreenderam armas de várias delegacias e cercaram a residência de Thabane em Maseru. Os militares negaram estivesse a



Sua Excelência Filipe Nyusi
Presidente de Moçambique



Sua Excelência Pakalitha Mosisili
Primeiro Ministro do Lesotho

preparar um golpe, dizendo que desarmaram a polícia na capital depois de receber informações de que alguns polícias estavam a planejar fornecer armas aos participantes de uma manifestação.

Houve pouca evidência de conflitos em Maseru após o incidente, mas a polícia tinha removido seus uniformes e apresentava-se a paisana.

Numa reunião entre a Troika do Órgão de Política, Defesa e Segurança e o governo de coligação a 01 de Setembro de 2014, em Pretória, África do Sul, a SADC concordou-se no envio de um facilitador para Lesotho para trabalhar com o governo de coligação sobre as modalidades de implementação do roteiro acordado.

A reunião reiterou o compromisso de todas as partes da Declaração de Windhoek de Julho de 2014 na qual eles concordaram em trabalhar juntos para restaurar a estabilidade política, a estabilidade, a paz e segurança, lei e da ordem no País.

Essa crise política foi detonada quando Thabane, enfrentando um voto de não confiança, suspendeu o Parlamento em Junho e destituiu o Comandante Força de Defesa do Lesotho, Kennedy Tlali Kamoli, substituindo-o por Maaparankoe Mahao. O seu vice-Primeiro Ministro, no governo de coligação do LCD, Mothetjoa Metsing, recusou-se a reconhecer a mudança na liderança do exército.

Thabane fugiu para a África do Sul, e mais tarde retornou sob a protecção da polícia namibiana e Sul-Africana e mediação da SADC, liderada pelo Vice-Presidente da

África do Sul, Cyril Ramaphosa, resultou na convocação de eleições antecipadas. O Rei do Lesotho, Letsie III, marcou o dia 28 de Fevereiro de 2015, como a data para a eleição, em que Mosisili recuperou o poder através de um governo de coligação. Ele mais uma vez substituiu o comandante do exército Mahao por Kamoli.

Presidente Nyusi, na qualidade de Presidente do Órgão da Troika da SADC, disse, numa reunião consultiva regional convocada à margem da Cimeira da União Africana, realizada na Etiópia no final de Janeiro de 2016, que Lesotho estava pronto para cooperar com a SADC em trazer estabilidade ao País.

A primeira etapa foi ocorreu a 08 de Fevereiro quando Lesotho aceitou uma decisão da SADC de tornar público o relatório de uma Comissão de Inquérito nomeada pela região para investigar o assassinato de Mahao.

O Lesotho havia anteriormente recusado a decisão da SADC de apresentação do relatório ao Parlamentp, pondo em causa o trabalho preparado por uma comissão da SADC chefiada pelo Juiz Mphaphi Phumaphi, do Botswana.

No entanto, a Cimeira da dupla Troika da SADC que se reuniu em Gaborone, Botswana, a 18 de Janeiro foi firme sobre a decisão e deu ao Lesotho um ultimato para a apreciação do relatório no Parlamento ou então corria o risco de suspensão do grupo regional de 15 membros.

O Primeiro-Ministro Mosisili apresentou o relatório da Comissão de Inquérito da SADC sobre as

circunstâncias da morte de Mahao na reabertura do parlamento em Fevereiro. No entanto, ele disse que as recomendações do relatório não eram consideradas obrigatórias para seu governo.

Apesar do relatório ter finalmente sido tornado público, várias outras questões permanecem.

Uma das recomendações da Comissão era cessão das funções de Kamoli. Outras recomendações incluem reformas constitucionais, sectoriais e de segurança pública.

O actual governo do Lesotho argumenta que o relatório é tendencioso, alegando que a Comissão baseou as suas conclusões em depoimentos de Thabane e outros políticos da oposição exilados na África do Sul.

A postura do Lesotho de se recusar a cumprir as recomendações da Comissão de inquérito da SADC poderia ser um teste para a diplomacia da SADC.

A Cimeira da dupla Troika encarregou o Reino do Lesotho para preparar um roteiro para a implementação das reformas constitucionais, do setor público e de segurança, e apresentar um relatório de progresso para os Chefes de Estado da SADC e a Cimeira de Chefes de Estado e de Governo marcada para Agosto na Swazilândia.

No final de Fevereiro, o Ministro das Relações Exteriores, Tlohang Sekhamane, informou ao Presidente Nyusi sobre os progressos realizados até à data.

"Viemos para agradecer ao Presidente Nyusi na sua qualidade de Presidente do Órgão da SADC, e actualizá-lo sobre o que está acontecendo no Lesotho", disse ele, acrescentando que "nós também viemos aqui para dizer-lhe o que estamos fazendo no Lesotho, está em conformidade com as recomendações do relatório da comissão de inquérito sobre o Lesotho, e mostrar-lhe o caminho para a implementação do relatório."

"O Lesotho tem sido um dos Países problemáticos dentro da SADC, e estamos trabalhando arduamente para tirar o Lesotho desta lista." □

África Austral melhora na abertura de Vistos

A **ÁFRICA** Austral é classificada como a terceira sub-região do continente Africano mais aberta que permite a entrada, nos seus Países, de um maior número de pessoas oriundas de várias partes do mundo sem quaisquer restrições de visto.

O Relatório de Abertura do Visto 2015 da Organização Mundial das Nações Unidas para o Turismo (OMT), lançado no início de Fevereiro, mostra que 29 por cento dos visitantes que viajam para a sub-região não precisa de ter um visto.

No entanto, 71 por cento da

população do mundo precisam de vistos tradicionais para visitar Países da África Austral.

O relatório afirma que os destinos da África Austral também facilitaram viagens para os cidadãos do Norte e Europa Ocidental. Os cidadãos destas duas sub-regiões não necessitam

de visto para viajar para a maioria dos Países da África Austral.

A região da SADC tem vindo a tomar medidas para promover o turismo, através da introdução de um UNIVISA o que facilitaria a entrada dos visitantes regionais e internacionais, especialmente dentro das Áreas de Conservação Transfronteiriças.

Há alguns obstáculos que impedem o progresso do UNIVISA uma vez que o Protocolo da SADC sobre o desenvolvimento do turismo foi assinado em 1998.

No entanto, o Zimbabwe e Zâmbia lançou oficialmente o Visto Kavango-Zambezi (KAZA) em Novembro de 2014, marcando a primeira fase de um processo de quatro etapas. *Southern Times*. □

Maurícias é uma importante rota marítima

A **CHINA** considera que as Maurícias podem jogar um papel fundamental na nova política da Rota Marítima Fixa do Século 21 devido à localização estratégica do País no Oceano Índico.

O Ministro dos Negócios Estrangeiros chinês, Wang Yi, disse isso durante uma visita de cortesia ao Primeiro-Ministro das

Ilhas Maurícias, Sir Anerood Jugnauth, no início de fevereiro.

Os dois governos expressaram o compromisso no sentido de reforçar as relações e tornar as Maurícias como uma importante porta de entrada para a África.

A rota marítima fixa é uma antiga rede de rotas comerciais que eram centrais para a interação cultural e comercial que liga a China e a Índia para a África através do Mar Mediterrâneo.

O presidente chinês, Xi Jinping anunciou em Março de 2015, que visão do futuro da China foi apresentada num novo quadro político intitulado "Visões e acções conjuntas do reforço Rota da Cintura Económica e Rota Marítima Fixa do Século 21".

Conhecidos coletivamente como "Rota e Linha", esta é uma política de desenvolvimento com uma visão holística do desenvolvimento económico, político e de segurança para chegar e iniciar uma acção conjunta para a construção de uma nova ordem mundial que é o desenvolvimento-orientado, com prosperidade mútua como objetivo e segurança humana no seu coração.

A iniciativa irá estabelecer novas rotas que ligam a Ásia, África e Europa. Ela tem duas partes - uma nova "Rota Económica" que liga a China para a Europa através da Ásia Central; e "Linha Marítima Fixa" que liga os portos da China com a costa Africana, através de Suez, para a Europa.

A visão da China sobre a Rota Económica e Rota Marítima Fixa tem o potencial de mudar o cenário político e económico mundial através de um rápido desenvolvimento da infraestrutura e os corredores de transporte de países ao longo das rotas, e focaliza acção "conjunta". □

Zimbabwe combate fluxos financeiros ilícitos

O **ZIMBABWE** colocou em prática medidas prudenciais rigorosas para lidar com os fluxos financeiros ilícitos, por ter notado que em 2015 cerca de 2 bilhões de dólares norte-americanos foram desviados para fora do País por indivíduos e empresas, agravando a situação de liquidez.

As novas medidas anunciadas pelo Governador do Banco de Reserva na sua declaração de política monetária em Janeiro incluem uma maior utilização de cartões de débito, relatórios de transações suspeitas e remoção do conceito de recursos livres.

Um cliente que quer retirar acima de 10 mil dólares norte-americanos será agora obrigado a notificar o banco com uma antecedência de um dia.

O governador, John Mangudya, disse que 864 milhões de dólares norte-americanos foram exportados em 2015 por indivíduos sob a designação de recursos livres que foram usados para diversos fins indevidos, que incluem remessa de doações para si mesmo, investimentos no

exterior e externalização de receitas de vendas de exportação por empresas através de contas individuais levando à evasão fiscal generalizada.

Um total de 1,2 bilhão de dólares norte-americanos foi canalizada ao exterior por empresas sob a forma de receitas de exportação, administração e honorários de peritos.

Estima-se que a África perdeu mais de 1,8 trilhões de dólares norte-americanos em forma de fluxos financeiros ilícitos (FIF), entre 1970 e 2008, e continua a perder recursos no valor de até 150 bilhões de dólares norte-americanos anualmente através de "fuga de capitais ilícitos", principalmente através de evasão fiscal e subfaturação de bens e serviços por empresas multinacionais, de acordo com um estudo recente encomendado pela União Africana.

Isto significa que os recursos destinados a desenvolver a África estão sendo usados em outros lugares para melhorar as economias de outros países da Europa, Ásia e EUA. □

Maurícias introduzem desenvolvimento de PMEs

AS MAURÍCIAS Pretendem Introduzir Um Regime Para O Desenvolvimento De Pequenas E Médias Empresas, Como Parte De Um Programa Para De Promover A Sua Participação Na Economia.

A Luz Do Regime, Pequenas E Médias Empresas Elegíveis Receberão Um Certificado De Desenvolvimento Das Pme. Os Detentores Do Certificado Desse Tipo Serão Elegíveis Para Incentivos E Facilidades, Tais Como Isenção De Imposto De Renda Para Os Primeiros Oito Anos De Operação E Outros Benefícios Fiscais.

O Regime Também Prevê Uma Subvenção Especial Para Treinamento, Consultoria, Gestão Financeira, Estudo De Viabilidade E Assistência Técnica. A Concessão Será De 10 Por Cento Do Valor Do Projecto, Até Um Máximo De 4.213 Dólares Norte-Americanos. *Mauritius Government Information Service*. □

Eventos Fevereiro - Abril de 2016



ÁFRICA AUSTRAL HOJE

SADC HOJE VOL. 18 No. 2, FEVEREIRO 2016



ÁFRICA AUSTRAL HOJE

É produzido como uma fonte de referência das actividades e oportunidades na Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral, e um guia para os responsáveis pela elaboração de políticas a todos os níveis de desenvolvimento nacional e regional.

Comunidade para o desenvolvimento da África Austral

Secretariado da SADC, SADC House,
Private Bag 0095, Gaborone, Botswana
Tel +267 395 1863 Fax +267 397 2848/318 1070
E-mail registry@sadc.int Website www.sadc.int

ÁFRICA AUSTRAL HOJE é publicado seis vezes por ano pelo Centro de Documentação e Pesquisa para a África Austral (SARDC) para o Secretariado da SADC em Gaborone, Botswana, como uma fonte credível de conhecimento sobre o desenvolvimento regional. Os artigos podem ser reproduzidos livremente pelos órgãos de comunicação social e outras entidades, citando devidamente a fonte.

EDITOR

Munetsi Madakufamba

COMITÉ EDITORIAL

Joseph Ngwawi, Kizito Sikuka, Eglina Tauya, Admire Ndhlovu,
Phyllis Johnson, Danai Majaha, Shirley Pisirai, Anisha Madanhi,
Ntombikamama Moyo, Nyarai Kamplipili, Allan Chidzuza

TRADUTOR

Bonifácio António

ÁFRICA AUSTRAL HOJE conta com o apoio da Agência Austríaca para o Desenvolvimento, que assiste o Grupo Temático de Energia da SADC co-presidido pela Áustria.

© SADC, SARDC, 2016

ÁFRICA AUSTRAL HOJE acolhe as contribuições individuais e de organizações dentro da região da SADC em forma de artigos, fotografias, artigos noticiosos e comentários, e também artigos relevantes de fora da região. Os editores reservam-se o direito de seleccionar ou rejeitar artigos, e editar para se ajustar ao espaço disponível. O conteúdo não reflecte necessariamente o posicionamento oficial ou opiniões da SADC ou SARDC.

ÁFRICA AUSTRAL HOJE é publicado em Inglês, Português e Francês, e está disponível num formato digital no Portal de Internet www.sadc.net Conhecimento para o Desenvolvimento, ligado a www.sadc.int

COMPOSIÇÃO & MAQUETIZAÇÃO

Tonely Ngwenya

PHOTOS AND ILLUSTRATIONS

P1 portstrategy.com, macauhub.com.mo, mainstreammp.com, myclimate.org;
P2 wordpress.com, herald.co.zw, oneacrefund.org, SARDC; P4 E Lais;
P5 wordpress.com, L Munjoma, envirotonline.com; P6 William Malecela, Zambia Tourism, sevennaturalwonders.org, K Sikuka SARDC, Zambia Reports, wordpress.com;
P7 afdb.org, wordpress.com; P8 SARDC, au.int, news.xinhuanet.com;
P10 K Sikuka SARDC, SARDC, sadc.int; P11 sadc.int, herald.co.zw, up.ac.za;
P12 lesothocrafts.com; P13 K Sikuka SARDC, wordpress.com;
P16 www.bom.mu, www.indiandiasporaclub.com

Subscreva Hoje

ÁFRICA AUSTRAL HOJE está disponível através de uma taxa de subscrição anual para seis meses: 55 dólares para fora de África, incluindo o envio; 40 dólares nas restantes partes de África; e 30 dólares na África Austral. A subscrição permite receber a publicação via aérea ou por e-mail. Para mais detalhes, contacte o Editor.

A correspondência para esta publicação deve ser dirigida ao
sadctoday@sadc.net

Centro de Documentação e Pesquisa para África Austral

15 Downie Avenue, Belgravia, Harare, Zimbabwe
Tel +263 4 791 141 Fax +263 4 791 271

www.sadc.net
Conhecimento para o Desenvolvimento



sadc.net



@sadc.net



Fevereiro

11, África do Sul

Conferência sobre a SOLTRAIN

A conferência vai discutir os resultados da Iniciativa de Formação e Demonstração de Energia Térmica e Solar da África Austral (SOLTRAIN), uma iniciativa regional sobre capacitação e demonstração de aquecedores solares de água na região da SADC. O projecto está sendo implementado no Lesoto, Moçambique Namíbia, África do Sul e Zimbabwe, com o apoio da Agência de Desenvolvimento Austríaca.

15-16,
Zimbabwe

Reunião de Parceiros da ZAMCOM

O objectivo da reunião é criar um Comité de Coordenação de partes interessadas de toda a bacia para a Comissão da Bacia Hidrográfica do Zambeze, bem como para discutir áreas de cooperação com os parceiros.

16-17,
África do Sul

Indaba 2016 sobre Energia em África

O Indaba reunirá especialistas internacionais e continentais para partilhar ideias e soluções para os desafios energéticos de África, explorando simultaneamente as vastas oportunidades de desenvolvimento de energia disponíveis no continente.

18-19,
Zimbabwe

Homenagem a Mwalimu Julius Nyerere

O Centro de Documentação e Pesquisa para a África Austral vai realizar diversos eventos em Harare para honrar o legado do seu patrono fundador, o ex-Presidente dos Estados da Linha da Frente e Presidente fundador da República Unida da Tanzânia, Julius Nyerere. Estes incluem uma conferência pública intitulada "Mwalimu Nyerere: O seu Conceito e Legado Pan-Africano", e a nomeação de edifícios da SARDC como Casa Julius K. Nyerere. O ex-Presidente da Tanzânia Benjamin Mkapa é o convidado de honra em ambos os eventos.

25, Botswana

Reunião do Conselho de Ministros da ZAMCOM

Espera-se que a 3ª reunião Conselho de Ministros da Comissão da Bacia Hidrográfica do Zambeze possa discutir o progresso de várias actividades que estão sendo implementadas pelo Secretariado da ZAMCOM sediado no Zimbabwe. Os Ministros poderão ainda deliberar e aprovar o Plano de Trabalho da ZAMCOM e Orçamento para 2016/17. O Conselho de Ministros será precedido por uma reunião do Comité Técnico da Bacia Hidrográfica do Zambeze no dia 23 de Fevereiro.

Março

9, Botswana

Grupo Temático de Energia da SADC

O Grupo Temático de Energia é uma reunião de coordenação dos parceiros de cooperação, especialistas da SADC e das suas organizações subsidiárias que discute formas de ajudar a região no combate aos seus desafios energéticos.

14-15,
Botswana

Conselho de Ministros da SADC

O Conselho de Ministros da SADC é responsável pela supervisão e monitoria das funções e desenvolvimento da SADC e assegurar que as políticas são devidamente implementadas. Os Ministros vão discutir a implementação das prioridades delineadas no novo Plano Estratégico Indicativo de Desenvolvimento Regional 2015-2020, bem como a finalização do Plano de Acção para a industrialização.

31, Tanzania

Grupo de Empresas de Electricidade da África Austral

A 40ª reunião do Conselho Executivo do SAPP terá a participação de Directores Executivos e Directores-Gerais das 12 empresas membros que irão rever o progresso na realização de metas para a integração das redes regionais de produção e distribuição de energia, e analisar a actual situação de electricidade no região.

27 Março-
1 Abril, Ethiopia

Conferencia de Ministros da Economia e Finanças da UA

O tema da conferência é "Explorando as sinergias entre os Africanos e a Agenda de Desenvolvimento Global" e baseia-se em recomendações das decisões da Cimeira da União Africana sobre a necessidade de acelerar a implementação da sua Agenda 2063, incluindo os projectos emblemáticos.

Abril

11, Ghana

12ª Plataforma de Parceria do CAADP

Com o tema "Financiamento da Agricultura Africano e apoio à implementação de Aceleração do Crescimento e Transformação da Agricultura", a plataforma irá reflectir sobre as estratégias de desenvolvimento socioeconómico de África para estimular a agricultura e o comprometimento do País a colocar a agricultura no topo do desenvolvimento da agenda nacional e atrair um maior investimento e financiamento para a agricultura.

25 Anos

25 Anos Desde a aprovação do exercício de reestruturação da SADC

MARÇO DE 2016 marca 25 anos desde que a SADC aprovou uma proposta para reformar as estruturas da organização com vista a melhorar a sua capacidade de mobilização de recursos, bem como o seu desempenho operacional.

Chefes de Estado e de Governo reuniram-se durante uma Cimeira Extraordinária da SADC realizada em Março de 2001, em Windhoek, Namíbia, para aprovar a reestruturação radical das instituições da SADC com vista a "enfrentar directamente os enormes desafios regionais e globais".

Consultas ministeriais durante o ano anterior haviam proposto a reestruturação e centralização dos 21 sectores das funções da SADC, baseados em 14 países, em quatro grupos principais de sectores a serem localizados na sede da SADC em Gaborone, Botswana.

Os 21 sectores abordam uma variada gama de questões de desenvolvimento de saúde, meio ambiente e mineração, comércio, turismo e investimentos. A proposta foi adoptada pelos Chefes de Estado com pouca mudança, criando o actual Secretariado da SADC para agilizar as actividades da organização em quatro direcções, ilustradas abaixo:

- Comércio, Indústria, Finanças e Investimento (TIFI);
- Infra-estruturas e Serviços (I & S);
- Alimentação, Agricultura e Recursos Naturais (FANR); e
- Programas Especiais e Desenvolvimento Humano e Social.

As mudanças deveriam ser aplicadas ao longo dos dois anos seguintes, começando com a Direcção do TIFI que deveria ser criada em Agosto de 2001 e a Direcção da FANR até o final desse ano. As outras duas direcções estar em funcionamento até o final de 2002.

O então Presidente da SADC e fundador da Namíbia, o ex-Presidente Sam Nujoma, disse que o exercício de reestruturação seria testado contra os resultados em termos de "uma maior unidade, aumento e integração económica significativa, bem como competitividade económica no mercado global." "Estes serão os parâmetros que irão medir os nossos sucessos ou fracassos", disse ele, intervindo na Cimeira Extraordinária.

A Cimeira também concordou em criar o Departamento de Planeamento Estratégico, Género e Desenvolvimento e Harmonização de Políticas para fortalecer o Secretariado na execução dessas funções e servir como um centro de conhecimento para a construção de uma comunidade, integração regional e desenvolvimento.

As mudanças incluíam reuniões mais frequentes dos órgãos de controlo, formalização de um sistema de troika de controlo a nível de Chefes de Estado, Conselho de Ministros e altos funcionários, bem como a extensão da estrutura para criar o Órgão de Política, Defesa, Segurança cooperação com o objectivo de promover a SADC. □



Março – Mês especial para as Maurícias

O MÊS de Março ocupa um lugar importante na história das ilha Maurícias porque contém datas de significado especial para aquele Estado do Oceano Índico.

A primeira data de importância é 24 de Março de 1968, quando Maurícias tornaram-se um Estado independente, com Elizabeth II como Rainha das Maurícias, representada como chefe de Estado pelo governador-geral. Em dezembro de 1991, a Constituição foi alterada para tornar as Maurícias numa República dentro da Commonwealth. As Maurícias tornaram-se uma República a 12 de Março de 1992, com o último Governador Geral,

Sir Veerasamy Ringadoo, como Presidente interino.

A pessoa que liderou o movimento de independência foi Sir Seewoosagur Ramgoolam, que serviu como Primeiro-Ministro das Maurícias. Como líder do Partido Trabalhista, Ramgoolam lutou pelos direitos dos trabalhadores e levou as Maurícias à independência em 1968. Como Primeiro-Ministro, ele desempenhou um papel crucial na formação da cultura política e da política externa das Ilhas Maurícias.



Sir Seewoosagur Ramgoolam

FERIADOS PÚBLICOS NA SADC

Fevereiro –Abril 2016

1 Fevereiro	Dia da Abolição da Escravatura	Maurícias
3 Fevereiro	Thaipooam Cavadee	Maurícias
3 Fevereiro	Dia dos Heróis	Moçambique
4 Fevereiro	Dia Nacional da Luta Armada	Angola
9 Fevereiro	Carnaval	Angola
3 Março	Dia dos Mártires	Malawi
7 Março	MahaShivaratree	Maurícias
8 Março	Dia da Mulher	Angola, Zâmbia
11 Março	Dia de Moshoeshoe	Lesotho
12 Março	Dia Nacional	Maurícias
	Dia da Juventude	Zâmbia
21 Março	Dia da Independência	Namíbia
	Dia dos Direitos Humanos	África do Sul
25 Março	Sexta-feira Santa	Angola, Botswana, Lesotho, Malawi, Namíbia, Seychelles, África do Sul, Swazilândia, Tanzânia, Zâmbia, Zimbabwe
26 Março	Sábado Santo	Malawi, Seychelles, Zâmbia
28 Março	Segunda-feira de Páscoa	Angola, Botswana, Lesotho, Malawi, Namíbia, Seychelles, África do Sul, Swazilândia, Tanzânia, Zâmbia, Zimbabwe
29 Março	Dia dos Mártires	Madagáscar
4 Abril	Dia da Paz e Reconciliação	Angola
7 Abril	Dia do Sheikh Abeid Karume	Tanzânia
	Dia da Mulher	Moçambique
8 Abril	Ougadi	Maurícias
18 Abril	Dia da Independência	Zimbabwe
19 Abril	Aniversário do Rei	Swazilândia
25 Abril	Dia da Bandeira Nacional	Swazilândia
26 Abril	Dia da União	Tanzânia
27 Abril	Dia da Liberdade	África do Sul